

POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL DO SÉCULO XXI

RECORRÊNCIAS E INSURGÊNCIAS (RESENHA)

SOCIAL POLICIES IN 21ST CENTURY BRAZIL RECURRENCES AND INSURGENCIES (REVIEW)

Cintia Lopes Branco¹
Imar Domingos Queiroz²

Organizada pelas pesquisadoras Erivã Garcia Velasco, Leana Oliveira Freitas e Sara Cristina Martins da Silva, a coletânea *Políticas Sociais no Brasil do Século XXI: recorrências e insurgências* nasce como um balizador acerca dos debates das políticas sociais no Brasil contemporâneo.

Tendo como fio condutor a perspectiva crítico-dialética, a coletânea reúne o prefácio da pesquisadora Vanda Micheli Burginski, professora adjunta da Universidade Federal de Tocantins, e mais 11 capítulos, frutos de estudo e reflexão de pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação sobre as recorrências que marcam

1 Graduada em História pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Mestra e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

E-mail: cintia.branco@ufmt.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0556235293060743>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7525-5011>

2 Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS - da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

E-mail: imarqueiroz@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4408681712025275>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0747-7947>

a história do país no campo de políticas sociais, bem como acerca das insurgências, efeito da luta de classes e de resistência por parte dos trabalhadores, frente à reorganização do capital neoliberal e à agenda de contrarreformas e ultraconservadorismo vivenciada no Brasil, principalmente a partir de 2008.

Com três marcos históricos importantes — *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2016), eleição do presidente de extrema direita Jair Messias Bolsonaro (2018) e pandemia de covid-19 e seus mais de 700 mil mortos (2020) —, a coletânea reflete a diversidade temática que abrange as políticas sociais, mas também demonstra, principalmente, o compromisso das organizadoras e dos autores com a produção de conhecimento, com a defesa das políticas sociais universais e com a emancipação humana. Como Burginski afirma no prefácio, a obra desponta como “[...] uma importante contribuição sobre a atualidade e expressa o compromisso do Serviço Social com a produção do conhecimento e a formação profissional”.

No primeiro capítulo — **Direitos Sociais judicializados: o desmonte das Políticas Sociais e o Sistema de Justiça** —, Michelly Laurita Wiese, Keli Regina Dal Prá e Carla Rosane Bressan trazem à tona a centralidade que o Poder Judiciário ganha quando o Poder Executivo não cumpre seu papel no atendimento aos direitos constitucionalmente adquiridos, delegando à sociedade, como único caminho de acesso, a judicialização de suas demandas. A partir de procedimentos extrajudiciais do Ministério Público de Santa Catarina, nas áreas de assistência social, educação e saúde, entre 2014 e 2019, o capítulo analisa as demandas requeridas e as características dos processos de judicialização.

Em **Políticas de Proteção Social e famílias na dimensão crítico-dialética**, Rosemeire dos Santos, professora da

Universidade Federal de Tocantins, discute sobre as Políticas de Proteção Social e da instituição social família, que, em virtude da lógica neoliberal, cada vez mais vem assumindo o papel do Estado. A autora ressalta que, embora a família faça parte do sistema de Proteção Social, esta não pode ser responsabilizada pelo papel que cabe ser desempenhado pelo Estado.

No capítulo 3 — **A Assistência Estudantil no enfrentamento às desigualdades de acesso ao ensino superior público no Brasil** —, Maísa Miralva da Silva e Paloma Mendes Guimarães traçam um percurso histórico, em que evidenciam a desigualdade no acesso à educação superior e o caráter elitista que esta assumiu ao longo dos anos. Além disso, Silva e Guimarães ressaltam a importância da Política de Assistência Estudantil para garantir a permanência e o êxito de uma parcela de estudantes até então excluída que passa a ter acesso ao ensino superior.

Em **As parcerias público-privadas nas políticas sociais no Brasil: tendências e implicações para os serviços e trabalho no Estado**, a análise feita por Álisson Cleiton de Araújo, docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás, aponta o crescimento das parcerias público-privadas nas políticas sociais, seus impactos nos serviços prestados à população e nas relações e condições de trabalho gerados a partir delas. O texto ainda denuncia o processo de privatização dos serviços públicos, denominado de “processo progressivo de apropriação privatista”.

No capítulo 5 — **Marcas da precarização do trabalho nos processos de feminização dos fluxos migratórios Sul-Sul** —, as pesquisadoras Tassiely Karine Passos e Bruna Andrade Irineu demonstram que os fluxos migratórios são “expulsões” geradas pelo capital e que este se vale de marcadores de raça, gênero,

classe, entre outros, para amplificar as desigualdades sociais. Em um processo migratório cada vez mais feminizado, as mulheres são as mais exploradas, já que ainda padecem pelo marcador de gênero.

No capítulo 6 — **Trabalho reprodutivo, feminismo e hegemonia: aportes teórico-práticos** —, Gláucia Lelis Alves, professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, propõe a discussão e questiona “o papel do trabalho reprodutivo das mulheres na centralidade do capitalismo” e, para além disso, “de que forma o trabalho doméstico não pago e as formas de reprodução social legitimam a esfera produtiva do capital”. A pesquisadora utiliza a categoria hegemonia para definir o feminismo, bem como a agenda de lutas que compõem a categoria.

Em **Estado Penal e o Atendimento Socioeducativo — punição e repressão**, Adriana Edna Duarte Soares Leite e Liliane Capilé Charbel Novais demonstram o crescimento do Estado Penal no neoliberalismo e como o Estado elenca o aprisionamento em massa e a criminalização da pobreza, como formas de controlar os despossuídos. As Leite e Novais ainda destacam que a criminalização juvenil é uma das mais cruéis expressões da questão social e afirmam que, no Brasil, há grande tendência de substituir ações sociopedagógicas por punição e repressão.

No capítulo 8, as pesquisadoras Patrícia Rosalina da Silva e Marluce Souza e Silva, retomam a figura de Dom Pedro **Casaldáliga como um ícone do combate ao trabalho escravo em Mato Grosso**, resgate este fundamental visto que, em agosto de 2025, foram libertadas 563 pessoas em situação de trabalho análogo ao escravo em Porto Alegre do Norte, cidade vizinha do local onde Casaldáliga construiu sua história de luta e resistência. No texto, as autoras situam os trabalhadores explorados como

advindos da região Nordeste e Centro-Oeste do país, que partem de suas cidades em busca de melhores condições de vida, muitas vezes ludibriados com promessas de uma vida digna.

Em **Encarceramento de mulheres e atuação do Sistema de Justiça Penal Brasileiro Pós-Bangkok**, as estudiosas Patrícia Cristina dos Santos Bachega e Imar Domingos Queiróz denunciam o encarceramento em massa e a criminalização da pobreza como estratégia adotada em resposta à crise do capital e como forma de controle dos sobrantes do sistema. Bachega e Queiróz avançam na discussão acerca da atuação do sistema de justiça e analisam interseccionando a ótica racial, social e, principalmente de gênero; destacam a seletividade do sistema de justiça do país, em especial quando se trata de mulheres, evidenciando, assim, a cultura sexista e patriarcal.

No capítulo 10 — **Questão Social, Educação e meritocracia** —, as estudiosas Ana Carolina de Moraes Blaskiewicz e Erivã Garcia Velasco analisam como a questão social, a educação e a meritocracia estão imbricadas na construção do ideário neoliberal. Com base em dados sobre a educação básica no país, Blaskiewicz e Velasco demonstram que as expressões da questão social se perpetuam no contexto educacional, delegando à meritocracia o papel de diminuir as desigualdades sociais advindas do próprio capital.

No capítulo **Renúncia fiscal e a manutenção de privilégios das classes dominantes de Mato Grosso**, Leana Oliveira Freitas, docente da Universidade Federal de Mato Grosso, avalia o impacto que a renúncia fiscal representa para as políticas sociais; embora possa ser considerada uma política pública, seu uso indiscriminado beneficia apenas o capital, deixando à míngua a população que depende das políticas sociais para a subsistência. Ao estudar os últimos 30 anos de renúncia fiscal do estado de Mato Grosso,

Freitas revela como o fundo público é utilizado para aplacar os efeitos das crises do capitalismo e o quanto deixa de ser investido em políticas sociais e serviços públicos enquanto setores produtivos são beneficiados com incentivos fiscais.

As organizadoras destacam, logo na apresentação, o quanto as transformações neoliberais e as relações sociais estabelecidas na luta de classe impactam na produção e reprodução dos trabalhadores. Além disso, os capítulos proporcionam um panorama profundo e multifacetado de como se expressa a questão social na atualidade brasileira.

Ademais, a partir da análise crítica, a obra analisa as recorrências, mas, principalmente, inova, ao se atentar às insurgências, resgatando tanto a figura de Casaldáliga como exemplo de luta como as migrantes invisibilizadas, como espelho da resistência.

Por fim, este livro é uma contribuição consistente e necessária para o debate, destacando-se como uma leitura ímpar para pesquisadores, profissionais e estudantes das políticas sociais ou estudiosos da realidade nacional.

Referências

VELASCO, Erivã Garcia; FREITAS, Leana Oliveira; SILVA, Sara Cristina Martins da (org.). **POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL DO SÉCULO XXI: recorrências e insurgências**. Rio de Janeiro: Telha, 2024. 213 p. Disponível em: <https://editoratelha.com.br/product/politicas-sociais-no-brasil-do-seculo-xxi-recorrencias-e-insurgencias/>. Acesso em: 07 out. 2025.